

NOV 1967

A Constituinte e a "pura arte de construção no vácuo"

JORNAL DA TARDE

É claro que, com todo o ceticismo que já manifestava há mais de 40 anos quando fez suas análises, hoje consideradas clássicas, sobre nossas Constituições e sobre os vícios culturais brasileiros que nelas interferiam, disso resultando um permanente — e nocivo — distanciamento entre o País real e o País oficial, Oliveira Vianna não poderia imaginar que esta distância ia aumentar tanto a ponto de romper totalmente a comunicação e o contato entre os dois, e que, mesmo no Brasil de todos os vícios que ele conhecia, o trabalho de redação de uma nova Constituição da República pudesse acabar servindo de instrumento para a institucionalização de privilégios escandalosos para grupos restritos ou para a satisfação de interesses imediatistas de partidos políticos e dos políticos, como está acontecendo com esta. E isto porque, por mais pessimista que fosse, Oliveira Vianna jamais chegou ao extremo de imaginar que, mesmo no Brasil, uma Assembléa Constituinte pudesse ficar restrita ao jogo mesquinho do poder e ao mais miúdo varejo da legislação corporativista, tratando assuntos tais como aposentadorias "especiais" para funcionários públicos, licenças para gestantes, horários de trabalho etc.

Mas apesar desta "conquista" desta desastrosa "Nova" República, graças à qual a nova Constituição brasileira, se for mantida conforme os moldes em que vai sendo aprovada pela Comissão de Sistematização, resultará na mais indelével confusão institucional e na mais brutal crise econômica de nossa história, literalmente inviabilizando o funcionamento do País real, conforme opinião unânime de todos os brasileiros lúcidos, todas as análises feitas há mais de 40 anos por Oliveira Vianna continuam atuais hoje, no que têm de essencial. Afinal, as novidades introduzidas pelos atuais constituintes não passam de manifestações exacerbadas daquele "idealismo" que marcava nossas Constituições anteriores e, como tal, serão também exacerbadas os "efeitos deformadores" que, conforme notava Vianna, este "idealismo" produz a partir de nossas experiências de mudança jurídica.

Bem-intencionados mas ignorantes por completo da realidade sócio-econômica do País, dizia o autor de Instituições Políticas Brasileiras (livro cuja leitura deveria ser obrigatória para todos os atuais constituintes), nossos legisladores sempre tiveram o dom de trabalhar sobre abstrações, isto é, sobre "meras hipóteses, logo admitidas como verdades dogmáticas e sobre teses vagas, logo consideradas como realidades objetivas". É justamente por isso, afirmava ele, que a maioria de nossos sistemas jurídicos foi construída sobre sonhos e utopias, sendo, portanto, permanentemente desafiada pelos problemas concretos do País real.

Esse espelho deformante da realidade nacional em que se transformou a Assembléa Nacional Constituinte prepara-se no momento para produzir mais um crime contra o regime democrático no País. A Comissão de Sistematização deve votar hoje a criação de um Conselho Nacional de Justiça, a ser composto por membros indicados pelo Congresso Nacional, além do Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Federal da OAB, contra a opinião unânime da justiça brasileira. Trata-se de uma "inovação" que limita a soberania e independência do Judiciário e transforma o Legislativo num poder superior, ferindo a premissa básica de qualquer regime democrático, que é o equilíbrio e a autonomia dos três poderes.

A visão oblíqua dos constituintes pode ser sentida, ainda, claramente, na forma como foi aprovada, na semana passada, a introdução do sistema parlamentar de governo no Brasil. Sempre entendemos que o regime democrático será tão mais forte e estável quanto mais estiverem diluídas as tarefas executivas e o próprio exercício do poder no País. Sob esse aspecto, a descentralização das decisões (no Brasil excessivamente enfiadas nas mãos do presidente da República) é uma providência altamente positiva. Mas, infelizmente, para a imensa maioria de nossos constituintes, não foi esse aspecto que contou quando do voto parlamentarista dado na Comissão de Sistematização. A opção não foi discutida com a amplitude e a profundidade necessárias; decidiu-se apenas em função da luta partidária e da luta pelo poder em que estão engolfados os homens em Brasília.

Voltemos a Oliveira Vianna. Em O idealismo da Constituição, bem como nas Instituições Políticas brasileiras, ele critica duramente aqueles que fazem do problema da organização política do Brasil "uma pura arte de construção no vácuo". "Na sua obsessão de sumariarem o que de mais alto existe nos ideais da civilização ocidental, esses estupendos edificadores de regimes obstinam-se — por ignorância ou por sistema — em não levar em conta as condições reais da sociedade que pretendem organizar. Legislam para abstrações; articulam Constituições admiráveis, não para que as executem brasileiros (...), mas uma entidade abstrata, o homem utopia: o Cidadão, esplêndido boneco metafísico, armado de molas idealmente perfeitas e precisas, a mover-se, retílineo e impecável, sem atritos nem contrachocos, dentro das categorias lógicas do Dever (...). E tudo se passa como se a massa viva do povo, como se os homens de carne e osso que deverão executar essas teses, pôr em prática essas conclusões, deduzidas de premissas assim abstratas, não importassem no caso e fossem apenas des quantités négligeables ..."

A fina ironia de Oliveira Vianna cai como uma luva para o atual circo em que se converteu a Constituinte. No caso das propostas já aprovadas pela Comissão de Sistematização para a regulação das relações entre o capital e o trabalho, por exemplo, os "homens de carne e osso" — os assalariados — não passam de meras quantités négligeables. Para os founding fathers tupiniquins, tudo o que realmente importa é o prevalecimento de suas utopias "justiceiras" e "progressistas", com as quais julgam estar construindo um "novo" regime político e uma "nova" ordem econômica. O grande problema, no entanto, é que essa "pura arte de construção no vácuo" não apenas será desafiada pelos acontecimentos do País real, como, igualmente, contribuirá para desorganizar os sistemas produtivos existentes, agravando o quadro de miséria e estimulando uma estéril luta de classes em vez de cultivar a harmonia e a solidariedade entre as forças de produção. Quem acabará pagando no final a conta desse "progressismo" será seu aparente beneficiário — o trabalhador.

As lições de Oliveira Vianna são extremamente úteis nos dias de hoje, ainda que tenham sido formuladas quando o Brasil ainda não havia completado a sua revolução industrial. O que elas nos mostram é o descompasso entre o Brasil formal e o Brasil real, ou seja, a enorme distância que separa as "elites" políticas insensíveis para as especificidades da realidade nacional, que se caracterizam por "não se alimentar da nossa selva, não se radicar na nossa vida, não mergulhar na nossa história", e uma sociedade ansiosa por trabalhar, enriquecer, progredir e cansada da opressão estatal. O que essas lições também nos revelam é que, por trás do "espírito um tanto místico, em que a norma escrita é tudo e pode levar a tudo", que caracteriza a Constituinte, existem forças sociais em confronto, procurando, espontaneamente, elaborar suas próprias leis e seus próprios códigos, independentemente da atividade técnica dos corpos legislativos oficiais".

Essa é a razão pela qual os brasileiros lúcidos, conscientes de que é preciso opor o realismo político ao idealismo utópico a fim de criar as condições necessárias para a integração do País formal com o País real, já não acreditam mais na Constituinte. Esses brasileiros sabem que as "constituições modelares e progressistas, bem redigidas em vernáculo e promulgadas em nome do Povo ou de Deus" para usarmos mais uma vez as irônicas palavras de Oliveira Vianna, não são só impotentes e ineficazes mas paralisantes e geradoras de conflitos.

Por isso, o ceticismo dos brasileiros lúcidos para com o produto final da Constituinte não deve ser confundido com uma descrença total no futuro. Todos intuem que, como no passado, o País real saberá novamente resistir e vencer o idealismo utópico do País formal, mesmo porque precisa sobreviver. O grande problema é que, enquanto essa luta perdurar e enquanto ambos os países estiverem distanciados, um querendo paz, liberdade e condições para trabalhar e o outro querendo explorar e oprimir os que trabalham, o atraso e a miséria continuarão ganhando terreno e o Brasil continuará sendo uma nação incapaz de ingressar no estágio da modernidade sócio-econômica e da maturidade política.